Fonte 1-A "*Planta do grande rio da Madeira que desagua no das Amazonas"* e a expedição ao rio Madeira de Francisco de Mello Palheta

The "Planta do grande rio da Madeira que desagua no das Amazonas" and Francisco de Mello Palheta's expedition to the Madeira River

Júnia Ferreira Furtado[1]

Rafael Chambouleyron[2]

O mapa anônimo, intitulado *Planta do Grande Rio da Madeira que desagua no das Amazonas* (Figura 1)[3], que é apresentado neste artigo, ilustra uma narrativa de viagem na qual é descrita a jornada fluvial comandada por Francisco de Mello Palheta, que subiu o rio Madeira, na região amazônica, entre novembro de 1722 e setembro de 1723.[4] O relato – também anônimo – e essa representação cartográfica do Madeira fazem parte de um conjunto documental pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, integrando o fundo arquivístico intitulado "Manuscritos da Livraria".[5] Existem outras cópias da *Narração da viagem e descobrimento que fez o Sarg.to Mor Fran.co de Mello Palheta no Rio da Madeira e suas vertentes*,[6] e seu texto já foi transcrito e

[1] Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal da Bahia. ORCID https://orcid.org/0000-0001-6754-6460. E-mail: juniaff@gmail.com. Pesquisadora PQ–CNPq e do Projeto "Marcos de Mapeo y Prácticas de Territorialización en América (MAPWORKS)" financiado pelo MICIU/AEI/10.13039/501100011033 e ERDF/EU no Grant PID2022– 141020NA–I00.

[2] Universidade Federal do Pará. ORCID https://orcid.org/0000-0003-1150-5912. E-mail: rafaelch@ufpa.br. Pesquisador PQ-CNPq, do INCT/CNPq "Regiões: história das desigualdades sociais no Brasil", do Projeto "Entre um passado profundo e um futuro iminente: ação humana e impacto ambiental do colonialismo moderno na Amazônia (séculos XVI a XVIII)" (FAPESP) e do Projeto "Edges. Entangling Indigenous Knowledges in Universities" (União Europeia). O autor agradece ao Institute for Advanced Study e à Gerda Henkel Stiftung.

[3] "Planta do Grande Rio da Madeira que desagua no das Amazonas…". Arquivo Nacional da Torre do Tombo (daqui em diante ANTT), Manuscritos da Livraria, n. 1185, fol. 171.

[4] "Narração da viagem e descobrim.to que fez o Sarg.to Mor Fran.co de Mello Palheta no Rio da Madr.a e suas vertentes, por ordem do Senhor João da Maya Gama do Cons.o de S. Mag.e que Deos Guarde, seo Gov.r e Capp.m general do estado do Maranhão. Cuja viagem e expedição se fez no anno primeiro do seo governo e se gastou nella desde 11 de novembro de 1722 thé 12 de setembro de 1723.". ANTT, Manuscritos da Livraria, n. 1185, fols. 163-171.

[5] "'Narração' da viagem de Palheta". Biblioteca Pública de Évora (a partir daqui BPE), Colecção Manizola, Códice 41-2; Arquivo Histórico do Itamaraty (daqui em diante AHI), Arquivo Barão Duarte da Ponte Ribeiro (daqui em diante ABDPR), Geografia. Rio Madeira, ofício do Governo do Pará Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao Cardeal Mota, em que dá notícias daquele Estado e manda o primeiro mapa do Rio Madeira, feita conforme a narração que Francisco de Melo Palheta apresenta daquele rio, junto uma figura de árvore Cochonilha (Colorida) própria para ser cultivada no Brasil, onde era desconhecida. Lata 288, maço 8; e na Fundação Biblioteca Nacional (daqui em diante FBN), uma cópia da versão do ANTT, conforme: Almeida, André Ferrand de (2001). *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, págs. 59-60.

[6] "'Narração' da viagem de Palheta". *Biblioteca Pública de Évora* (a partir daqui *BPE*), Colecção Manizola, Códice 41-2; *Arquivo Histórico do Itamaraty* (daqui em diante *AHI*), Arquivo Barão Duarte da Ponte Ribeiro (daqui em diante

publicado integralmente por duas vezes.[7] Porém, o mapa que acompanha essa versão da narrativa não o foi, razão pela qual justifica-se a sua publicação neste primeiro número de *Amazonias. Revista de Historia*, dedicado ao rio Madeira.

Francisco de Mello Palheta, capitão responsável pela jornada, teve seu nome associado a alguns acontecimentos singulares da história da colonização portuguesa na Amazônia. Em primeiro lugar, a própria derrota pelo rio Madeira; em segundo lugar, feito celebrado pela historiografia clássica brasileira, a introdução do café na América portuguesa, sobre o que não se deterá aqui. Vale ressaltar que, de qualquer modo, em razão de considerá-lo o "introdutor do café no Brasil", Basílio de Magalhães e, depois, Afonso Taunay, dedicaram-lhe várias páginas em suas obras sobre o café, com importante levantamento documental.[8]

Francisco Mello Palheta: um agente colonial controverso

Mello Palheta foi militar da infantaria paga no Pará. No início da década de 1730, solicitou a confirmação de uma carta de sesmaria que lhe havia sido concedida, nas proximidades de Belém, onde estaria cultivando 1.500 pés de cacau e (justamente) 150 pés de café, confirmação exarada em 1733.[9] Anexa aos documentos do pedido e da concessão da data de terra, figura uma carta que resume os diversos serviços prestados por Mello Palheta à Coroa, entre 1688 e 1733.[10] Os detalhes dessa carta revelam um personagem acostumado aos negócios do sertão – chamados de *sertanejos*.[11] Segundo suas informações, Mello Palheta tinha uma longa carreira militar, tendo servido, respectivamente, como soldado infante voluntário, cabo de esquadra, sargento supra e do número, alferes de infantaria e tenente de guarda-costa, capitão de infantaria e capitão-tenente de infantaria com graduação de sargento-mor, "tudo por patentes dos governadores que foram do dito

ABDPR), Geografia. Rio Madeira, ofício do Governo do Pará Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao Cardeal Mota, em que dá notícias daquele Estado e manda o primeiro mapa do Rio Madeira, feita conforme a narração que Francisco de Melo Palheta apresenta daquele rio, junto uma figura de árvore Cochonilha (Colorida) própria para ser cultivada no Brasil, onde era desconhecida. Lata 288, maço 8; e na *Fundação Biblioteca Nacional* (daqui em diante *FBN*), uma cópia da versão do ANTT, conforme: Almeida, André Ferrand de (2001). *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, págs. 59-60.

[7] Existem pelo menos duas transcrições completas: Abreu, João Capistrano de (1930). *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguiet, págs. 191-216, que utilizou a cópia da FBN; Taunay, Afonso d'Escragnolle (1939). *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, vol. 1, págs. 295-312.

[8] Magalhães, Basílio de (1939). *O café. Na história, no folclore e nas belas artes*. 2ª edição (aumentada e melhorada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, págs. 5-88; Taunay, 1939: 281-362.

[9] Arquivo Público do Estado do Pará (daqui em diante APEP), Secretaria da Capitania, códice 16A, fols. 155-156. BRPAAPEP.SC.CTDSMPÁGS.CO016A.0309-0311.

[10] Ao que parece, Mello Palheta teria falecido em 1736. Em abril desse ano, o rei confirma a patente de capitão-tenente da guarda-costa concedida a Inácio da Costa Barbuda, em razão do falecimento de Mello Palheta. ANTT, Registro Geral de Mercês, Dom João V, livro 17, fol. 296v.

[11] Ver: Chambouleyron, Rafael (2013). "A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)". *Outros Tempos*, vol. 10, núm. 15, págs. 79-99; Pompeu, André José Santos; Viana, Wania Alexandrino (2020). "Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)". *História e Cultura*, vol. 9, núm. 1, págs. 258-275.

Estado" do Grão-Pará e Maranhão. Ainda segundo esse texto, desde finais do século XVII, participara de diversas entradas ao sertão, chegando às terras de Castela, combatendo indígenas no Cabo do Norte[12] –região limítrofe entre o rio Amazonas e a Guiana francesa, que hoje grosso modo corresponde ao Amapá– e no rio Amazonas, viajando ao rio Madeira (como se discute adiante) e a Caiena, de onde teria trazido as sementes de café que plantou em sua sesmaria.[13]

A trajetória militar de Mello Palheta, contudo, é algo conturbada. Como já haviam notado Basílio de Magalhães e Afonso Taunay, em fevereiro de 1709, Mello Palheta já tinha recebido do então governador do Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire, outra data de terra, situada no rio Ubituba, próximo ao rio Tauá (ao norte da cidade de Belém), confirmada por dom João V, em fevereiro de 1712.[14] Nessa concessão, Mello Palheta já aparece referido como tenente de guarda-costa. Entretanto, nesse mesmo ano de 1709, no mês de julho, o próprio governador ordenou que lhe dessem baixa do posto de tenente e "alta de soldado na companhia do capitão Sebastião Rodrigues, onde servia", devido a seus maus procedimentos na diligência em que fora enviado ao Cabo do Norte. De acordo com essa ordem de baixa, ele teria voltado a Belém "antes do tempo, por cuja razão ficaram as fortalezas com menos segurança"; também teria tirado "alguns índios daquela costa, para se servir e vender, demais dos que se lhe haviam concedido".[15] Essa observação consta em um longo processo (com testemunhas) movido pelo próprio Mello Palheta, em que solicita a nulidade da baixa de sua patente e sua reincorporação à tropa paga. O procurador da Fazenda e o Conselho Ultramarino são favoráveis ao seu requerimento, e o mesmo decide dom João V, em março de 1724, em uma resolução que aparece aposta a essa consulta. Note-se, inclusive, a manifestação do provedor da Fazenda no Pará, Joaquim da Silva Távora que indica, num despacho do processo, que Mello Palheta tinha demorado 11 anos para fazer o requerimento após a baixa (o seu requerimento, informa, foi interposto em 11 de junho de 1721).[16] A decisão régia, de todo modo, foi favorável a Mello Palheta. Uma cópia do alvará levantando a baixa, encontra-se anexa a uma carta do governador do Maranhão e Grão-Pará, João da Maia da Gama (de 10 de setembro de 1726), em resposta a uma carta régia (de 21 de fevereiro de 1726), que diz respeito à nomeação de Mello Palheta, agora, ao posto de capitão-tenente da guarda-costa, o que

[12] O Cabo do Norte era região de litígio entre as Coroas de Portugal e da França e se estendia ao norte do rio Amazonas até a Guiana Francesa, ver: Almeida, 2001: 54-59; Furtado, Junia F. (2012). *Oráculos da Geografia iluminista*: *Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, págs. 253-263; Furtado (2013). *O mapa que inventou o Brasil.* São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht / Versal, págs. 305-315.

[13] Arquivo Histórico Ultramarino (daqui em diante AHU), Avulsos-Maranhão, caixa 20, doc. 2069; ver também: AHU, Avulsos-Pará, caixa 9, doc. 805. Também em: APEP, Secretaria da Capitania, códice 10A, fols. 47v-49, BRPAAPEP.SC.CTDMPÁGS.CO010A.0092-0095.

[14] ANTT, Chancelarias, Dom João V, livro 37, fols. 193-194; também em APEP, Secretaria da Capitania, códice 10A, fols. 105-106, BRPAAPEP.SC.CTDSMPP.CO010A.0207-0210.

[15] Aliás, em carta ao governador, de 20 de fevereiro de 1709, o rei estranhava a atitude de Costa Freire ao se negar a dar a Mello Palheta a sua ajuda de custo. Teria sido esta a origem do estremecimento entre o tenente e o governador? Ver: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 66 (1948), pág. 31.

[16] AHU, Avulsos-Pará, caixa 8, doc. 683.

ocorreu em 1725.[17] O problema é que o governador não poderia tê-lo indicado ao posto, pois isso estava fora de sua alçada já que se tratava de cargo com vencimento, portanto, de indicação exclusiva do rei.[18] O imbroglio continuaria pelos anos à frente e serviria para o próprio monarca reforçar que os governadores não podiam nomear cargos que perfaziam soldo (ainda que continuassem a fazê-lo, inclusive com nomeações depois confirmadas pela própria Coroa).[19]

Parece que essa não foi a única confusão em que se envolveu Mello Palheta. Em dezembro de 1712, foi eleito procurador da Câmara de Belém, para servir no ano de 1713. Entretanto, dez meses depois, em outubro, é afastado pela própria Câmara, por ter sido considerado culpado em uma devassa (cujo assunto não é mencionado), sucedendo-lhe no cargo Bento Pereira de Quintal.[20] Não há como saber se a tal "devassa" estava relacionada à sua expedição ao Cabo do Norte, ocorrida poucos anos antes.

A viagem ao rio Madeira

Mas voltemos ao começo dos anos 1720. Novamente, aqui há uma confusão relacionada às patentes e aos postos de Francisco de Mello Palheta, neste caso, envolvendo a própria viagem ao rio Madeira. Na *Biblioteca Pública de Évora*, há uma cópia de uma carta régia endereçada ao governador, João da Maia da Gama, datada de 18 de fevereiro de 1724, de muito interesse para que se conheça o roteiro da sua viagem ao rio Madeira. Nesse documento, há uma referência a outra carta escrita pelo mesmo governador (que não foi possível localizar), datada de 15 de agosto de 1723, pela qual informou ao rei sobre a jornada fluvial de Mello Palheta. Ao final da carta régia, no entanto, o rei estranha o fato de o governador ter se imiscuído no pedido de restituição ao posto ocupado pelo último, iniciativa que, ao que parece, foi levada adiante pelos procuradores do próprio Maia da Gama. O rei adverte o governador que só lhe cabia informar a sua opinião, para que o monarca decidisse o que lhe aprouvesse.[21]

Enfim, o fato é que o pedido de suspensão da baixa de Francisco de Mello Palheta está relacionado ao seu comando da expedição ao Madeira e ao papel que, claramente, o governador João da Maia da Gama lhe atribuíra nessa jornada. Segundo André Ferrand de Almeida, essa derrota liderada por Mello Palheta não havia sido iniciativa régia, mas teria decorrido de uma

[17] AHU, Avulsos-Pará, caixa 9, doc. 848. O alvará que levanta a baixa é de 27 de abril de 1726.
[18] Ver também a ordem régia determinando que Mello Palheta requeresse o posto pelo Conselho Ultramarino (4 de setembro de 1727) em: Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará (a partir daqui ABAPP), tomo 2 (1902), pág. 200.
[19] Ver a carta do governador Alexandre de Sousa Freire, sucessor de Maia da Gama (14 de setembro de 1727), em resposta a uma carta régia de 4 de novembro de 1727. AHU, Maranhão-Avulsos, caixa 16, doc. 1682; ver a ordem régia de 31 de maio de 1729, em: ABAPP, tomo 4 (1905), págs. 44-45.
[20] *I*nstituto Histórico e Geográfico do Pará, Arquivo Palma Muniz, Secretaria da Câmara de Belém, Termos, 1712-1713, fols. 1 e 10v.
[21] *BPE*, Reservados, códice CXV/2-15, peça 13. Significativamente, como dito, esse mesmo arquivo tem um exemplar da viagem de Mello Palheta. Como indica André Ferrand de Almeida, o registro da carta régia pode ser encontrado em: AHU, códice 269, fols. 261v-262. Almeida, 2001: 62.

decisão do próprio governador, ainda que, anos antes, a Coroa tenha determinado que as áreas da fronteira norte fossem exploradas.[22] Durante a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), territórios fronteiriços nos extremos norte e no sul da América portuguesa foram invadidos por tropas francesas e espanholas, respectivamente. Após o término da Guerra, os diplomatas portugueses – o conde de Tarouca e dom Luís da Cunha – que negociaram os limites no Tratado de Utrecht (1711-1715), que se seguiu, encontraram muitas dificuldades para traçar as fronteiras pelo desconhecimento do território e inexistência de mapas que o representassem. A partir de então a Coroa esforçou-se por iniciar o reconhecimento e o mapeamento das regiões em disputa, do que decorre as ordens recebidas pelo governador para exploração dos limites da capitania.[23]

Esta carta régia é acompanhada de uma longa, porém incompleta, resposta do governador que, pelo menos na parte disponível, não menciona a questão da patente de Palheta ou sua nulidade, mas fornece detalhes importantes da derrota ao rio Madeira. Pelo seu interesse e pelas relações que estabelece com a própria *Narração da viagem e descobrimento* e com a *Planta do Grande Rio da Madeira que desagua no das Amazonas*, o que será discutido adiante, vale a pena sua reprodução integral, inclusive porque menciona a produção desse mapa:

> Foi com efeito a tropa de que dei conta a V.M. de que era cabo Francisco de Mello Palheta, vencendo contínuos e evidentes perigos, à sua resolução, valor e constância, passando tão contínuas cachoeiras e **arrastando as canoas por terra em várias partes, como consta da Relação e se vê na planta do rio**, aonde [sic] mostra um círculo de pontozinhos, que é o lugar por onde passaram as canoas por terra, à força de braço, sobre grades de pau que foram fazendo com um incrível trabalho.
>
> Chegaram até a divisão dos ditos rios de água branca e água preta, este que vem da parte do Brasil e aquele outro da parte dos domínios de Espanha, e do que eu escrevi e dei conta a V.M. só acharam a diferença dos nomes dos rios, porque o de água preta, que vem da parte leste, se chama Itines, e ao da água branca que eu dizia se chamava Curary, se chama Mamory,[24] o qual vai correndo ao sul ou susudeste e navegando por ele acima, chegaram à povoação dos castelhanos de Santa Cruz de Cajuvaua,[25] que terá pelo que diz, 5 mil almas administradas pelos padres da Companhia, que na dita povoação têm casa ou colégio em que estava o superior deles // que era o padre Miguel Sanches Arquino, que já tinha sido superior na cidade de Santa Cruz de la Sierra e outros padres, dizendo que os mais padres tinham ido esperar ao bispo a Santa Cruz de la Sierra; dizem, pelo que este padre falou de ter estado em Portugal, que entenderam ser o dito padre português.
>
> Receberam os moradores e os padres ao sargento-mor e mais gente com grande aplauso, repiques de sinos, charamelas e trombetas, com públicas demonstrações de sumo gosto e alegria, e os hospedaram com toda a grandeza, e lhe deram mantimentos para voltarem e disseram gostariam muito da amizade correspondência e trato com os vassalos de V.M., mas como o governador está distante, não sei se aprovará tão facilmente este trato.

[22] Almeida, 2001: 62.
[23] Furtado, 2013; Furtado, 2012.
[24] São, hoje, o Guaporé/Iténez (então, Itenes ou Itines) e o Mamoré (Mamory), respectivamente.
[25] Missão jesuítica espanhola de Exaltação da Cruz de Cajuava.

A terra é de índios que todos falam a língua espanhola, exceto os modernos que são tirados cá da nossa parte, e esta povoação, a meu entender, é mais moderna que a notícia que eu tive, porque nesta ainda não estavam aquelas campinas povoadas porque todas **as povoações que se vêm no mapa do rio**, de Santa Cruz para baixo, são mais modernas e deveria ver a conta que eu dei a V.M. com o regimento **e agora o mapa para se ver povoado**, que a notícia que eu trouxe de Portugal era verdadeira e suponho que depois dela formaram // as aldeias de Santa Ana, São Pedro, São Xavier, Trindade, Loreto e Santa Rosa, e que as duas aldeias de São Miguel e Santa Madalena que estão à entrada do rio da água preta eram feitas proximamente dos índios tirados do rio da Madeira e dos que se acharam os vestígios de que me deram sinais que me obrigaram a despedir a tropa pelas razões de que o ano passado dei conta a V.M.

Antes de chegar ao ajuntamento dos ditos dois rios, fica o rio Beni, que mostra ser de igual grandeza, porém muito cheio de pedras ao princípio, e por relação dos mesmos padres castelhanos se descreveu na forma **em que vai no mapa** e eu descuido que seja assim, porque os ditos padres o afiaram muito e porque os nossos acharam algumas bateias de batear ouro que dizem baixaram por ele, e como pelas suas cabeceiras estão serras que se entende serem minas de prata e me dizem e certificam os mesmos padres que em uma serra daquela está uma nação guerreira que se não quer sujeitar aos castelhanos e são senhores das minas de prata e só conservam com eles algum comércio para lhe tirar a dita prata das minas, que fabricam os tais índios.

Grande desejo tive de descobrir este rio Beni, o que deixei de fazer não só pela falta de soldados e meios e das muitas ocasiões e guerras que é necessário acudir como também por entender que o não devo fazer sem ordem de V.M.

Na povoação referida a que chegou a tropa procuravam muito avelório e facas, baetas, serafinas, mas aqueles moradores índios têm pouca prata, porque não têm minas e só usam de fazendas de gado vacum e cavalaria e das suas lavouras, fabricando anil, cera e arroz, e panos de algodão que tecem e fazem com matizes, levando tudo à cidade de Santa Cruz de la Sierra a trocar nas fazendas de Europa e ferramentas de que necessitam, porque a dita cidade lhe fica a 8 dias de viagem, pelo que disseram os castelhanos, ainda que alguns o puseram em 17 dias e falam com alguma variedade.

Na dita povoação não há soldados nem se lhe viram armas, pelo que entendo que por esta parte lhas devem proibir os castelhanos para os segurarem mais na sua obediência, e ainda o mesmo padre pediu uma ao cabo, pelo que se prova serem poucas.

As mais notícias se podem ver da carta do cabo e da relação de que remeti as cópias das que me deram, as quais só…[26]

Como se pode ver, há várias menções ao mapa, como também percebe-se que a fronteira sudoeste era uma questão que preocupava as autoridades, assim como a presença castelhana, ressaltada nos comentários de Maia da Gama e no próprio mapa, já que ambos indicam as diversas povoações missionárias espanholas nos rios Mamoré, Guaporé/Iténez e Beni, conhecidas como missões de Mojos. Aliás, a recepção dos portugueses nessas missões castelhanas, algo que sobressai no relato do governador, também aparece em detalhes na narrativa da própria viagem,

[26] BPE, Reservados, códice CXV/2-15, peça 13 (grifo nosso).

indicando que havia um suposto interesse também dos espanhóis em estabelecer contato e comércio com os portugueses.[27] Entretanto, segundo André Ferrand de Almeida, o relato positivo desse encontro, feito na própria narração de Mello Palheta e reproduzido na carta de Maia da Gama, parece não ter encontrado eco no lado missionário, uma vez que, "apesar do bom acolhimento dado à tropa de Palheta, [os jesuítas espanhóis] recusaram não apenas a abertura do comércio com os portugueses do Pará, como contestaram os supostos direitos da coroa portuguesa sobre o Madeira e o Mamoré".[28] Francismar Lopes de Carvalho ressalta que a chegada de Mello Palheta, nas proximidades de Mojos, ensejou uma ação das autoridades coloniais espanholas no sentido de armar os indígenas das missões do entorno.[29]

Tudo indica que a viagem de Mello Palheta foi preparada depois que chegaram a Belém do Pará notícias de que espanhóis (ou paulistas) teriam descido o rio Madeira e aprisionado indígenas. Poderiam ser esses espanhóis colonos ou missioneiros, mas o certo é que, junto à foz do rio no Amazonas, teriam sido avistadas uma cruz e um assentamento sob a égide portuguesa abandonado e que as aldeias indígenas próximas também se encontravam despovoadas, indícios de que seus habitantes teriam sido aprisionados, escravizados e levados para o lado espanhol ou para São Paulo. O governador, em sua carta, insinua que foram os missionários espanhóis que levaram os indígenas do baixo Madeira para povoarem as novas missões que abriam em território espanhol, junto às cabeceiras do Mamoré, Guaporé e Beni. Segundo ele, "as duas aldeias de São Miguel e Santa Madalena que estão à entrada do rio da água preta [Mamoré] eram feitas proximamente dos índios tirados do rio da Madeira e dos que se acharam os vestígios de que me deram sinais que me obrigaram a despedir a tropa pelas razões de que o ano passado dei conta a V.M.". A viagem de Mello Palheta visava consolidar a fronteira lusa nessa região, ampliando a jurisdição do governo local, buscando ainda encontrar minas de prata e estabelecer o comércio com Quito, com o qual a prata espanhola poderia ser drenada para o império português.[30]

A derrota partiu de Belém, subindo o rio Amazonas, a 11 de novembro de 1722. Os expedicionários embarcaram em três galeras e três galeotas. A 2 de fevereiro de 1723, depois de 94 dias de viagem, atingiram a foz do rio Madeira, onde pernoitaram.[31] Depois de mais 17 dias viajando pelo estuário e pelo baixo Madeira, aportaram num sítio que consideraram aprazível e levantaram um arraial, que chamaram de Santa Cruz de Iruimar, região dos indígenas Jumas. No dia 4 de junho, ali chegou, vindo de Belém, o padre João de Sampaio com mantimentos para abastecer a tropa que passava por privações, beirando a fome. Ao terem notícias de que enfrentariam muitas cachoeiras e corredeiras rio acima, puseram-se a fazer canoas menores (no

[27] Ver: Abreu, 1930: 205-210.
[28] Almeida, 2001: 65.
[29] Carvalho, Francismar Lopes de (2014). *Lealdades negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda, pág. 384; sobre o contexto mais geral da viagem, ver: Almeida, 2001: 59-66.
[30] Almeida, 2001: 60-63.
[31] Pinto, Emanuel Pontes (2012). Viagem de descobrimento ao rio Madeira e suas vertentes por Francisco de Melo Palheta, *Revista Veredas Amazônicas*, v. 2, n.2, págs. 73-74.

total de seis) e a trançar cordas para que pudessem puxá-las e varar por terra esses trechos. Então, a tropa foi dividida entre os que ficaram no arraial, guardando-o, comandados pelo soldado Lourenço de Melo, e os que, no dia 10 de junho, em dez canoas pequenas (seis novas e quatro adaptadas das galeotas)[32] seguiram viagem, totalizando 118 expedicionários, entre eles 88 indígenas flecheiros, cujo principal era José Aranha. No dia 22 do mesmo mês, chegaram à primeira cachoeira do Madeira, a de Maguari.

A derrota se estendeu entre 11 de novembro e 23 de setembro do ano seguinte, 1723, os expedicionários despendendo pouco menos de um ano de viagem. Primeiro subiram o leito do Madeira e, depois da confluência com o Beni, adentraram o Mamoré, onde, durante o mês de agosto, se detiveram três dias na missão espanhola de Santa Cruz de Cajuava. Mello Palheta informou os missionários castelhanos que vinha para tomar posse para a Coroa portuguesa de todo o curso do rio Madeira e que os espanhóis se abstivessem de descer o rio. Ali, foram informados que, rio acima, ficava Santa Cruz de la Sierra, de onde podia-se atingir Cusco, mas não continuaram subindo o rio, pois era-lhes vedado. Partiram de volta, rio abaixo, no dia 11, atingindo a confluência do Mamoré e Guaporé (Iténez) dois dias depois. Continuaram no Mamoré tomando a direção das missões de Baures (no mapa, San Martinho de Baires, porto de Potosi) e Mojos. Mas também não atingiram nenhuma das duas, subindo, então, o Guaporé, por onde navegaram rio acima apenas seis dias. Avistaram, em suas margens, muitos currais de criação de gado e muares, mas, por serem avisados pelos indígenas da aldeia de Iténez (Guaporé), pertencentes à missão espanhola de San Miguel, que não poderiam continuar, regressaram. Retornaram ao leito do Madeira, continuando a descer o rio, e, no dia 25 de agosto, estacionaram na aldeia do Principal Capeju. Habitado pelos indígenas Cavaripunas, Mello Palheta deixou ali o indígena catequista Manuel Camacho para convertê-los ao catolicismo. Depois de vencerem as 23 cachoeiras que haviam ultrapassado na viagem de ida, atingiram o arraial de Santa Cruz de Iruimar, que haviam edificado na viagem de ida, no dia 9 de setembro de 1723. Antes do fim do mês aportaram em Belém.

O relato e o mapa da viagem ao rio Madeira

"Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, "relação" é "a narração de alguma coisa que sucedeu", mas também a "comunicação ou correspondência que uma pessoa tem com outra".[33] A *Narração da viagem e descobrimento* ajusta-se aos dois significados, sendo escrita a pedido e para o governador para dar conhecimento ao rei do que ocorrera na derrota de Mello Palheta pelo Madeira. Tudo indica que o relato da viagem não foi escrito pelo próprio Palheta, capitão da expedição, já que, no texto, ele é sempre referido na terceira pessoa. Também há vários indícios

[32] Pinto, 2012.

[33] Furtado, Junia F. (2021). *Quebra-cabeça africano: como um embaixador português, um geógrafo francês, um escritor inglês e um pirata imaginário transformaram a cartografia da África e abriram as portas para o Imperialismo*. Belo Horizonte: Miguilim / Odisseia, pág. 34.

de que o autor não é o mesmo do mapa *Planta do Grande Rio da Madeira que desagua no das Amazonas*. Isso porque a letra dos dois documentos não é a mesma, como nem tudo que aparece em um deles é registrado no outro e há várias inconsistências na grafia da toponímia empregada por cada um. Como exemplo, a primeira Cachoeira do rio, no texto, aparece grafada como Maguary e, no mapa, como Maguari,[34] o mesmo acontece com a dos Jaguaritez–Javarites (a segunda cachoeira)[35] e com a de Mamim–Mami (a quarta cachoeira), com os rios Mamurê–Mamorê e Itenniz–Itenes, com o porto Cavaripunna–Cavaripunas, e com a povoação de S. Cruz de Cajuâva–S. Cruz de Cajuava. Aliás, a letra *y*, no texto, é sempre grafada, no mapa, como *i*. A primeira fórmula ressoa a influência do idioma espanhol e a segunda do português e do tupi. Esse é o caso também do rio Jamary–Jamari, mencionado na nota 28. Além dos nomes das cachoeiras, as discrepâncias de grafia entre o relato e o mapa são evidentes no uso dos principais topônimos referidos em ambos. Enquanto na *Narração*, aparecem grafados Mamurê, Itennis e Santa Cruz de Lacerda, na *Planta,* esses topônimos são escritos como Mamorê, Itenes e Santa Cruz de La Cierra, (ainda que seu texto explicativo utilize a forma Lacerda, estabelecendo uma ligação com o relato), respectivamente, formas mais próximas das normas cultas do espanhol e do português.

Como foi comum ainda durante a primeira metade do século XVIII, a *Narração* e a *Planta* tomam parte do leito do Mamoré como o Madeira, pois, a partir da foz do último, o primeiro surge a partir da confluência com o Beni e não com o Iténez (Guaporé). Por essa razão, as duas últimas cachoeiras mencionadas como sendo do Madeira, são na verdade do Mamoré. Há muitos pontos não visitados pela expedição que aparecem no relato, muitos deles informados pelos missionários espanhóis, e outros ainda que são desenhados no mapa. Não há que se estranhar o fato de Palheta não ter redigido o relato, ou da dupla autoria do texto e do mapa. Cada um desses misteres exigia dominar conhecimentos díspares, próprios a distintos profissionais: capitão, escrivão e cartógrafo, respectivamente. A expedição contava com Mello Palheta – o capitão que comandava a derrota – e, como era comum, na sua comitiva devia haver pelo menos um escrivão e também vários militares – que totalizavam 30 soldados "de armas de fogo" – e práticos – referidos como "índios" –, que eram capazes de desenhar mapas. Os mapas das expedições de exploração das fronteiras da América portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII, podiam ser produtos de diferentes agentes, como missionários, práticos treinados ou militares que possuíam treinamento em cartografia, caso dos engenheiros militares. No caso desse exemplar, as duas últimas possibilidades são as mais prováveis, já que o único missionário, João de Sampaio, que se juntou aos expedicionários, a 4 de julho, deixou-os no início da derrota pelo Madeira, um dia depois de partirem do arraial de Santa Cruz de Iruimar, "seguindo para a sua missão", chamada de "Santo Antônio das Cachoeiras, situada entre o rio Jamari e a primeira cachoeira do rio Madeira".[36] De um lado, o cuidado em quadricular o papel antes de desenhar a geografia do terreno, a clareza da letra e a grafia mais

[34] Atual Santo Antônio, onde chegaram a 22 de junho.
[35] Hoje Salto de Teotônio, onde chegaram a 23 de junho.
[36] Almeida, 2001: 61.

correta dos rios Mamoré, Iténez e da cidade de Santa Cruz de La Sierra, na área geográfica do mapa, apontam para uma fatura mais erudita. De outro, o descuido pela representação acurada das distâncias geográficas, a inexistência de rosa dos ventos ou de indicação de pontos cardeais, e a preferência pela grafia das palavras mais próxima do português e da sonoridade do tupi sugerem a mão de um prático.

A carta do governador Maia da Gama ao rei também aponta para simbiose entre o relato de viagem e o mapa do rio, ainda que os dois não sejam exatamente iguais. "Nas narrativas de viagem, cabe ao leitor formar em sua mente a imagem do que está sendo descrito no texto que lê". Por esta razão, um percurso espacial narrativo também é chamado de mapa mental. Para Certeau, "o espaço é um lugar praticado" por quem o percorre e o transforma num itinerário da paisagem vivenciada, mas também por quem lê sua descrição, tornando os espaços infinitos, conforme o número de viajantes, narradores e leitores que interagem com os lugares e suas descrições. Nesse sentido, existiriam "tantos espaços quanto experiências espaciais distintas". Mas o mesmo pode ser dito dos mapas, pois cada um não corresponde exatamente à geografia real, mas retrata o que interessa ao cartógrafo mostrar, e ao público a que esse artefato se destina consumir, ainda que, "no caso do mapa/quadro, o lugar é apresentado ao leitor como uma imagem cristalizada, cabendo a ele apenas observá-la e interpretá-la. E, visando a uniformização da leitura cartográfica, generalizava-se o emprego de símbolos universais de representação",[37] caso dos pontinhos, cruzes e círculos a indicar ilhas no mapa que acompanha o relato da expedição de Palheta.

Michel de Certeau chama a atenção ainda para o fato de que não são só os mapas que descrevem os espaços, "as narrativas textuais também o fazem e 'têm valor de sintaxes espaciais', ainda que estruturadas a partir de outras formas de apreensão e expressão da realidade. […] Os textos descrevem o movimento que o autor faz num dado lugar e o espaço descrito e essas narrativas tomam a forma de um percurso".[38] Assim, observa-se que o texto da *Narração da viagem e descobrimento* descreve em minúcias a paisagem que os viajantes descortinam à medida que se deslocam por esse ambiente fluvial, notadamente os infortúnios – a fome e os naufrágios, com destaque para as temíveis cachoeiras do rio, detalhando os trabalhos e as dificuldades para atravessá-las, não poupando, para tanto, os adjetivos: "figura do inferno", "horríveis" cachoeiras, "grande trabalho", "fúria da correnteza", chamando o rio de "máquina de pedras". Aponta igualmente a presença e a interação, nem sempre amistosa, com os animais – "perseguição de pragas de piuns, que cada mordedura é uma sangria", "fomos visitados de uma praga de abelhas assim a quantidade das grandes, como a máquina das pequenas, tão espessas como nuvens, buscando-nos olhos e ouvidos e boca". Igualmente, os intercâmbios com os vários grupos indígenas, por vezes descrevendo as tentativas frustradas ou não para catequizá-los, além de se deter com calma na descrição das terras espanholas, certamente uma das principais preocupações

[37] Furtado, 2021: 203-204. Ver Certeau, Michel (1990). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, págs. 199-203.
[38] Furtado, 2021: 203.

da jornada. Recentes trabalhos têm explorado diversos aspectos da *Narração*,[39] mas, como dito, menos atenção foi dada ao próprio mapa, o que será feito daqui em diante.

A *Planta do Grande Rio da Madeira que desagua no das Amazonas…* é um mapa manuscrito que ocupa o último fólio da cópia do relato depositado na Torre do Tombo. Na verdade, o mapa não ostenta um título propriamente dito, nem uma legenda, mas na parte inferior esquerda há um longo texto explicativo, que de certa forma preenche essas ausências, de onde retiramos esse título. Diz o mesmo: *Planta do Grande Rio da Madeira que dezagoa no das Amazonas e não havendo notissia do seu nascim.^to^ nem sendo penetrado athe o presente o mandou descobrir o governador e Capp.^am^ G.^l^ deste estado João da Maia da Gama athe chegarem as povoaçoens dos castilhanos pertencentes ao Governo de Santa Cruz de Laserda [La Sierra]; e não façam reparo os coriozos na extenção da pintura da cidade, nem da largura do Rio porque a primeira foi erro do quem a pintou e a segunda foy para se desmostrar melhor as pedras e caxoeiras do d.^o^ rio; e os pontinhos que vão em algumas partes pella Beira do d.^o^ rio demostra a parte por onde se arastarão as canoas por terra por não ser possível passar as caxoeyras de pedras que tomam o rio todo de parte a p.^te^.* A cidade a que o texto se refere é certamente Santa Cruz de la Sierra, representada no alto Mamoré, que aparece muito mais próxima do que é na realidade. Interessante é que o nome dessa cidade aparece grafada na *Narração* e no texto explicativo como Lacerda e na parte gráfica do mapa, mais corretamente como La Cierra.

A folha em que o mapa foi desenhado foi encartada no códice com uma dobradura, pois seu tamanho é superior ao da encadernação, sendo sua dimensão de aproximadamente 18 x 29 cm. O mapa não possui rosa dos ventos ou indicação dos pontos cardeais e o curso do rio foi desenhado perpendicular ao papel, no mesmo sentido do texto explicativo, posicionado a meio do papel, ficando a foz do rio no canto esquerdo e a nascente, no direito. Apesar de algumas curvas em seu trecho inicial e médio, o rio é representado quase como uma linha reta. Hoje se sabe que ele corre, a partir da nascente, no sentido nordeste, até desaguar no Amazonas, sendo o principal tributário desse rio-mar entre o Purus e o Tapajós. O desenho do curso do Madeira e todos os topônimos, escritos em tinta nanquim, se sobrepõem a um quadriculado desenhado a lápis, normalmente utilizado para garantir o respeito à escala do desenho. Mas não foi isso que aconteceu nesse mapa, como adverte o próprio texto nele escrito que serve de título, pois seu autor errou propositalmente na "largura do Rio […] para se demonstrar melhor as pedras e cachoeiras do dito rio". As linhas a lápis que cortam verticalmente o leito dos rios são numeradas de 1 a 20, o primeiro número posicionado junto à foz e o último depois de Santa Cruz de La Sierra, no alto Mamoré. Aparentemente, deveriam se referir às distâncias em léguas entre os diversos pontos mas, como

[39] Ver: Pinto, 2012; Papavero, Nelson et al. (2001). "Notas sobre a história da zoologia no Brasil. 2. As viagens de Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil". *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Série Zoologia*, vol. 17. n. 2, págs. 181-207; Melo, Vanice Siqueira de (2022). *Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)*. Belém: Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará; Fonseca, Marcela Gomes (2022). "Monções no rio Madeira: as expedições de Francisco de Melo Palheta (1722) e Manuel Félix de Lima (1742)". *Revista Galo*, n. 5, pág. 75-88.

dito, a proporção das distâncias não foram respeitadas. Assim, as linhas laterais que cortam o rio, numeradas de 1 a 20, não representam espaços de tamanho homogêneos. Intervalos que demoraram dias até serem percorridos pelos expedicionários, conforme são descritos no texto da *Narração*, aparecem muito próximos uns dos outros, e vice-versa. Enquanto o trecho do rio, grosso modo situado entre as linhas 1 a 5, foi percorrido em 15 dias, o entre as linhas 5 a 10 demandou 10 dias, e o entre as linhas 13 e ½, onde ficava a cachoeira de Cavaripunas, pouco mais de sete.

Como informado, não há uma legenda, mas, as cachoeiras são representadas por uma sucessão de letras Xs, os vaus por pontinhos em curva, as ilhas por círculos irregulares, as missões por capelas e a cidade por uma igreja. No alto do rio Sarâ,[40] afluente do Mamoré, aparece uma "feitoria de pedra", representada por uma casinha. Santa Cruz de La Sierra é representada por uma igreja, posicionada próxima à nascente do Mamoré, em território espanhol. No trecho inferior do Madeira, nas proximidades da foz, aparecem cruzes dispostas nas duas margens, cujo significado é menos evidente: Na esquerda, logo depois do rio Guatô, subindo o rio, são desenhadas três cruzes indicadas por um texto que diz "maniva capalon" –maniva é a rama da mandioca utilizada para fazer novos cultivos e capalon talvez uma corruptela de capelão–; mais acima, junto a um furo, aparece uma única cruz, com o dizer "capana" –"capanna" (com dois 'n's) é uma palavra italiana que significa cabana**,** choça ou um abrigo simples, geralmente rústico, construído com materiais locais–; na margem oposta, entre os rios Jacaré e Aripuanama, mais uma cruz, essa sem nenhum texto explicativo. Tudo indica se tratar dos aldeamentos abandonados pelos indígenas, levados para as missões espanholas, "dos que se acharam os vestígios" pelos expedicionários, conforme informa o governador em carta ao rei e que teria sido a razão de ele ter decidido enviar a expedição de Mello Palheta. Entre o rio Jamari e a primeira cachoeira do rio Madeira, a de Maguari, nas proximidades da "Ilha quadrada", é desenhada outra cruz indicando a missão de Santo Antônio das Cachoeiras, levantada pelo padre João de Sampaio, por volta de 1714.[41] A ilha quadrada é a única desenhada no leito do Madeira e do Itenis/Iténez que foi nomeada pelo cartógrafo, ainda que a *Narração* faça referência a duas outras: a ilha Nova da Praia de Santo Antônio e a das Capivaras.

Relato e mapa se relacionam entre si, mas não são idênticos. A *Planta do Grande Rio da Madeira*, por vezes, revela o que é descrito no texto da *Narração*, mas, não raro, esconde, apenas deixando pistas, aqui e ali, do que foi relatado e descrito pelo autor da última. Enquanto o texto descreve o caminho percorrido, com riqueza de detalhes em relação aos acontecimentos, revelando um espaço vivido, o mapa, por sua vez, é mais sintético, e o significado dos lugares representados nem sempre é evidente. É o caso, por exemplo, do próprio topônimo do rio Madeira. No relato, é indicado que ele também era conhecido como "rio Venas, como é chamado pelos espanhóis das Índias de Espanha no Reino do Peru", sugerindo ser ele um elo de ligação por onde poder-se-ia drenar a prata peruana, além de ser descrito que "este rio está a cair toda a beirada

[40] Ao discutirmos o mapa, como no caso do rio Sarâ, empregamos a grafia dos topônimos conforme escritos pelo autor. Em poucos casos foi indicada a correspondência com o nome atual.
[41] Almeida, 2001: 61.

continuamente",[42] o que explicaria seu nome, que surgiu do fato de que toras de madeira desciam continuamente com a corrente. O mesmo ocorre com o arraial que os expedicionários levantaram pouco depois de adentrarem o Madeira, que batizaram de Santa Cruz de Iruimar, situado, conforme descrito na *Narração*, na região dos indígenas Jumas, onde levantaram "igreja, armazém, corpo da guarda e casas necessárias". No mapa, aparece escrito apenas "arraial", sem nomeá-lo. Mas, se as ricas informações sobre ele desaparecem, revela-se o local exato onde o mesmo se situava, junto a um afluente não nomeado da margem direita do rio Madeira, que corre entre os rios Capana e Mapira, próximo a um lago. Rio acima, depois da confluência do Mapira, aparece o topônimo "Santo Antônio", situado na Ilha dos Javarites. Na *Narração*, explica-se que se trata da "Ilha nova da praia de Santo Antônio", onde os expedicionários, depois de um dia de viagem após deixarem o arraial e navegarem rio acima, celebraram uma missa porque era "dia do dito Santo, razão porque assim o evocamos". Nesse local, o padre João de San Payo [Sampaio] deixou-os, dirigindo-se para sua missão e Mello Palheta contou seus homens dividindo-os entre os militares com armas de fogo e os "índios de flechas".

A ênfase deste novo mapa, como revela seu autor, é apontar o caminho fluvial percorrido e ressaltar os obstáculos encontrados durante a viagem fluvial, especialmente as cachoeiras, e o trajeto para atravessá-las "por não ser possível passar as cachoeiras de pedras que tomam o rio todo de parte a parte". A carta do governador se refere pela primeira vez ao mapa exatamente no trecho em que ele conta ao rei a maneira como se varavam essas cachoeiras, parcialmente descrita no texto/título do mapa, que era "arrastando as canoas por terra em várias partes**, como consta da Relação e se vê na planta do rio**, aonde [sic] [se] mostra um círculo de pontozinhos, que é o lugar por onde passaram as canoas por terra, à força de braço, sobre grades de pau que foram fazendo com um incrível trabalho".[43] O leitor que se debruçasse sobre o mapa poderia ver as inúmeras cachoeiras ao longo do rio, mas não todas as que são indicadas na *Narração*. Como explicado pelo governador, elas são representadas por uma sucessão de letras X (XXXX), e os vaus que os expedicionários abriram na mata são apontados pelos pontinhos (….) em meia lua dispostos nas margens. O extenso título e a carta de Maia da Gama servem de legendas para que o rei, destinatário da missiva, possa compreender os signos gráficos utilizados no mapa.

Apesar de a *Narração* informar que "vinte e três cachoeiras se contam no rio da Madeira, das quais dez se não podem passar por nenhum meio porque são impossíveis", o relato descreve a travessia de apenas seis delas. Já a *Planta do Grande Rio da Madeira* representa e nomeia o total de sete cachoeiras: primeira, Maguari, onde, segundo a *Narração*, se afogou Damazo Botelho e Mello Palheta perdeu a sua capa; segunda, Javaritez, que "nenhuma se iguala […] na sua grandeza e despenhadeiros de pedras e rochedos tão altos que nos pareceu impossível a passagem"; terceira,

[42] Possivelmente, referência ao fenômeno hoje conhecido como "terras caídas", frequente na Amazônia.
[43] BPE, Reservados, códice CXV/2-15, peça 13 (grifos nossos).

Javaritez (nome repetido e não mencionado no relato); quarta, Mami,[44] na qual gastaram dois dias para varar, fazendo caminho por terra; quinta, Apamas, "tão terrível e tão monstruosa e horrível, que aos mesmos naturais de cachoeiras mete horror e faz desanimar". Depois da confluência com o rio Beni, já navegando no Mamoré, os expedicionários se depararam com a sexta cachoeira, Camaterî, que consideraram a mais "terrível," pois custou-lhes duas galeotas que naufragaram devido "à fúria da correnteza", e junto com elas perderam-se vários apetrechos preciosos, principalmente os de Mello Palheta, que se viu destituído de todos os seus pertences. Ali, também "ia morrendo um soldado afogado" e, graças às bençãos de "Nossa Senhora do Carmo" salvou-se de afogar um índio que estava cego "por enfermo dos olhos". A sétima cachoeira, Cavaripunas, a última delas, é desenhada na *Planta* se desdobrando em várias corredeiras, os expedicionários a atravessaram por um vau que aparece desenhado entre o leito do Madeira e o rio Cavaripunas. Ali permaneceram dez dias negociando com esses indígenas Cavaripuna.

Além das cachoeiras, outro marco importante da viagem é a confluência dos rios Mamoré e Guaporé [Iténez] formadores do Madeira. Segundo a *Narração*, depois de vencerem todos os saltos de pedras, no dia 1º de agosto, chegaram "até as bocas dos rios da água branca e da água preta", descrevendo que "este caudaloso rio d'água preta se aparta do rio branco, correndo na boca a sueste", e o rio branco parte "a sudeste" até suas nascentes, no sul e oeste, respectivamente. O primeiro, o relato informa que era chamado pelos espanhóis de "Itiennes" e, o segundo, de Mamoré. A confluência é representada na *Planta do Grande Rio da Madeira*, após a boca dos afluentes "Ricunhâ Mucû paranâ", na margem esquerda, e rio dos Queimados, na direita, onde surgem várias ilhas no leito do Madeira. Ali, o cartógrafo indicou com um texto que ficava o "Apartamento dos rios Itenes e Mamorê", mas não há referências à cor distintas de suas águas. No curso superior do primeiro, hoje Guaporé, há um texto indicando que ali "foi por onde entraram os paulistas em tempos antigos", insinuando que podiam ser eles também quem, novamente, usando essa rota antiga, aprisionavam os indígenas no baixo Madeira.

Outro cuidado do cartógrafo, conforme informa o governador, foi representar o rio "Benî", não mencionado na *Narração*, cuja foz foi alcançada pouco depois dos expedicionários vararem a Cachoeira Camaterî, antes do "apartamento dos rios" Mamoré e Guaporé (grafado como Itenis), formadores do Madeira: "Antes de chegar ao ajuntamento dos ditos dois rios, fica o rio Beni". A razão desse cuidado era que o Beni se "mostra ser de igual grandeza" no que se refere a riquezas minerais – ouro e prata – "porque os nossos acharam algumas bateias de batear ouro que dizem baixaram por ele, e como pelas suas cabeceiras estão serras que se entende serem minas de prata"[45]. O governador adverte o rei que o rio Beni, porém, era "muito cheio de pedras ao princípio" e o cartógrafo escreveu junto ao seu leito que era "inavegável e só se usa de cavalgaduras". No alto Beni, próximo à nascente, aparece, no mapa, a missão de San Ignacio. Ainda segundo o

[44] Na *Narração* é nomeada Mamin, na *Planta*, Mami, e Capistrano de Abreu transcreve como Mamiu. Abreu, 1930: 197.
[45] BPE, Reservados, códice CXV/2-15, peça 13.

governador, os expedicionários não subiram o rio por ser inavegável e sua representação cartográfica foi feita "por relação dos mesmos padres castelhanos se descreveu na forma **em que vai no mapa** e eu descuido que seja assim, porque os ditos padres o afiaram muito", ou seja, ele duvidava que as informações dadas pelos padres fossem exatas, mais preocupados em garantir que os portugueses não se aventurassem por aquelas bandas, para não terem acesso a suas supostas riquezas minerais.

A *Planta do Grande Rio da Madeira* também representa vários locais não percorridos pelos expedicionários que acompanharam Mello Palheta, revelando que ele é um somatório de conhecimentos geográficos retirados também de outras fontes. Não há legendas, mas todas as missões espanholas situadas no alto dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé – a quase totalidade não visitada mas cujas localizações teriam sido informadas pelos missionários que Mello Palheta encontrou em Santa Cruz de de Cajuava ou indígenas missionados que encontraram na parte espanhola – são representadas por capelas. São elas San Ignacio, S.S. Reys, San Paulo, San Borja, situadas em afluentes do alto Madeira; Santa Cruz de Cajuava, SantAna, Santa Rosa,[46] Trindade, Loreto, e San Pedro, no Mamoré e afluentes; San Miguel, Santa Maria Madalena, San Nicolao, Nossa Senhora da Conceição, e San Martinho de Baires, no Guaporé (Iténez) e afluentes. A seguir ao topônimo San Martinho de Baires, há um texto indicando que se situa "perto de Potosi". Santa Cruz de La Sierra, no alto Mamoré, foi outro local que os expedicionários também não chegaram a alcançar. Nas suas proximidades, no afluente de nome Piray, aparece o Desponsório dos Palometas, indicado da mesma forma por uma capela.

Outra discrepância marcante entre os dois documentos refere-se à foz do Madeira, que os expedicionários alcançaram logo no início da viagem. A *Narração* não se detém no trecho percorrido no rio Amazonas, entre Belém do Pará e a foz do Madeira, nem entre esse ponto, que atingiram a 2 de fevereiro de 1723, e o local onde levantaram o arraial, junto a "uma tapera do Gentio Juna", onde chegaram a 17 do mesmo mês. Esse trecho ocupa apenas o primeiro fólio do relato (f. 163). Já a foz do Madeira é representada no mapa com acurácia de detalhes. Ela é configurada como um delta, com vários canais, furos, ilhas e afluentes, que são identificados por seus topônimos. Na maior delas, chamada de Itacutiara, aparece escrito "Rio da Madeira único descoberto no Pará", chamado a atenção para a importância da expedição ao ser a primeira a explorar um tributário importante do Amazonas. Ali, é representada a missão jesuítica que os portugueses tinham levantado junto ao rio dos Abacaxis, representada por uma capelinha.[47] Uma outra casinha, sem identificação, a indicar outra missão portuguesa, é desenhada junto ao rio Piriquitos, como se verá, provavelmente também dos jesuítas.

[46] Segundo André Ferrand de Almeida, uma missão de nome Santa Rosa foi fundada, em 1743, na margem oriental do Guaporé. Tanto a *Planta do Grande Rio da Madeira*, quanto a carta do governador ao rei fazem referência a outra missão de mesmo nome, esta situada no rio "Cipirî", afluente do Mamoré. Almeida, André Ferrand de (2009), "A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)", *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, pág. 216.
[47] Furtado, 2013: 238.

Outros que praticamente desaparecem do mapa são os indígenas. A *Narração* revela não só o temor que despertavam nos viajantes, como os encontros que se deram entre eles, como os que encontraram, oriundos da missão dos Mojos, navegando em uma canoa pelo Mamoré, que os conduziu até à povoação espanhola da Exaltação de Santa Cruz de Cajuava, onde os expedicionários permaneceram por vários dias. Várias páginas do texto, por sua vez, são dedicadas à indústria dos indígenas ali missionados. O cronista os descreve como sendo "de natureza mui curiosos, tocam muitos harpa, órgão, rabecas e cantam missa, são músicos de coro, e vários sabem ler, e são pintores […], são bordadores iminentíssimos". Seus rastros, no entanto, praticamente somem do mapa, a não ser pelos topônimos em tupi que, por vezes, fazem referências a suas etnias, como os Tupinambás, Curiatós, Abacaxis, Aripuanas, Anhangás, Capana, Cavaripunas, entre inúmeros outros que habitavam as margens do Madeira e seus afluentes e que dão nomes a esses rios, conforme representados no mapa.[48]

Usos do mapa

Devido às transcrições impressas da *Narração da viagem e descobrimento*, a descrição textual da viagem de Francisco de Mello Palheta é, hoje, muito mais conhecida do que a *Planta do Grande Rio da Madeira*. Mas nem sempre foi assim. Ainda na primeira metade do século XVIII, cópias manuscritas dos dois documentos circularam juntas, cumprindo o objetivo a que se propunham: informar os sucessivos viajantes do rio sobre como subir até as cabeceiras do Madeira e seus afluentes. O fato de esta rede fluvial ficar nas cercanias das fronteiras com a América espanhola tornou a exploração desse território limítrofe como mandatória para as autoridades luso-brasileiras e o mapa da derrota de Mello Palheta seguiu sendo fonte de consulta para guiar novos exploradores que se aproveitavam de suas viagens para atualizar seus dados e, também, para os diplomatas portugueses negociarem com os espanhóis a linha de limites que cortava esse espaço. Esta parte do texto se dedica à análise de alguma das apropriações cartográficas da *Planta do Grande Rio da Madeira.*

A expedição de Mello Palheta pretendera reivindicar junto aos missionários espanhóis a posse, para Portugal, de todo o território desde a boca do Madeira até a confluência com o Mamoré e o Guaporé.[49] No entanto, nos anos que antecederam a assinatura do Tratado de Madrid (1750), que redefiniu as fronteiras as Américas portuguesa e espanhola, as autoridades lusitanas ainda se queixavam do desconhecimento do traçado desses rios, apesar dos esforços que se seguiram a essa derrota para mapear a rede fluvial do Madeira. Em 1742, uma expedição capitaneada por Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado partiu do Mato Grosso e desceu o rio Sararé. Os dois se dividiram e exploram o Mamoré (mais explorado) e o Guaporé. Na parte final da derrota, desceram

[48] Porro, Antonio (2007). *Dicionário Etno-Histórico da Amazônia colonial*. São Paulo: USP / IEB, págs. 13, 17, 21, 29, 31.
[49] Almeida, 2001: 64.

o Madeira, em direção ao Amazonas e, em fevereiro de 1743, chegaram a Belém do Pará. De volta a Mato Grosso, em 1743, Leme do Prado foi enviado em nova expedição destinada mais especificamente ao eixo Mamoré-Guaporé. Foi acompanhado de José Barbosa de Sá e de João dos Santos Verneque, com o objetivo de reunir informações sobre as missões de Mojos, especialmente sobre a recém-instalada missão de Santa Rosa, junto ao Guaporé, no que os portugueses consideravam território seu de direito.

Em 1743, o Ouvidor de Sabará, João Gonçalves da Fonseca enviou para Lisboa os diários e os mapas resultantes das derrotas das viagens de Palheta, Félix de Lima e Leme do Prado.[50] Sabe-se também que, por demanda do então governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, a pedido da Coroa, "já em 1747, José Gonçalves da Fonseca, secretário do Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, desenhou um mapa com base nas informações recolhidas por Francisco de Mello Palheta (…) e em outros dados recolhidos junto a sertanistas e missionários".[51] Foram produzidas pelo menos duas cópias do mapa de Gonçalves da Fonseca que, a 3 de novembro de 1747, junto com cópias do diário da expedição de Palheta, foram encaminhados uma a Alexandre de Gusmão (secretário de dom João V e um dos encarregados das diretrizes a serem negociadas em Madrid) e outra ao cardeal da Mota, que era o principal ministro do Conselho de Estado. Os documentos enviados ao cardeal sobreviveram e, hoje, encontram-se depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty.[52] O mapa foi catalogado com o título *Mapa do Rio Madeira desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz no Rio Amazonas* (Figura 2). Trata-se de uma litogravura, aquarelada, sem escala determinável, medindo 40 x 30 cm.[53]

Tal qual a *Planta do Grande Rio da Madeira*, esse mapa de José Gonçalves da Fonseca não possui título ou legenda, e sim um longo texto explicativo e não está datado. Um trecho desse texto informa que, "no ano de 1722, governando esse Estado João da Maya da Gama, se expediu uma Tropa a explorar as origens desse rio da Madeira, & com efeito saindo do Pará Francisco Palheta, navegou esse rio & dando no Mamoré prosseguiu por ele até chegar a Santa Cruz de la Sierra, donde voltou ao Pará, sem outra operação mais que haver falado com os Castelhanos do Peru & gastou dois anos de viagem". Há, aqui, algumas inexatidões, como a de que Mello Palheta chegara a Santa Cruz de La Sierra e a de que a derrota durara dois anos, quando, na verdade, haviam sido gastos cerca de nove meses. Mas, o importante é o fato de que por essas palavras resta evidente que Gonçalves da Fonseca teve acesso ao diário e ao mapa resultantes da expedição de Palheta,

[50] Ferreira: 2009: 217-218; Ferreira, Mario Clemente (2007). O *Mapa das Cortes* e o Tratado de Madrid, *Varia Historia*, v. 23, nº. 37, págs. 6-64. Nesse último artigo, Mario Clemente grafa o nome de Gonçalves da Fonseca como Gonçalves Pereira.
[51] Almeida, 2009: 216; A *Narração* se encontra em AHI, ABDPR, Lata 288, maço 8.
[52] Almeida, 2009: 216
[53] AHI, ABDPR, Geografia. Rio Madeira, ofício do Governo do Pará Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao Cardeal Mota, em que dá notícias daquele Estado e manda o primeiro mapa do Rio Madeira, feita conforme a narração que Francisco de Melo Palheta apresenta daquele rio… Lata 288, maço 08; *AHI*, Seção de Cartografia, Inventário 2536, M 19, G 02. Ver Adonias, Isa (1993). *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, pág. 94.

que utilizou para fazer o seu, enviando cópias dos mesmos para o reino. Segundo o ministro dos Negócios Exteriores, Marco António de Azevedo Coutinho, o *Mapa do Rio Madeira*, de Gonçalves da Fonseca, também utilizara informações de Félix de Lima e Leme do Prado,[54] e a apropriação das informações dessas e de outras expedições de sertanejos que percorreram a rede fluvial do Madeira explica por que o mapa de Gonçalves da Fonseca apresenta aspectos geográficos que não aparecem na *Planta do Grande Rio da Madeira.*

No *Mapa do Rio Madeira desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz no Rio Amazonas*, de Gonçalves da Fonseca, o desenho do rio Madeira, que corre desde a foz até a confluência dos rios Beni e Mamoré, é bem esquemático. Sobre seu leito, o texto explicativo informa que, o Madeira "pela margem de leste tem 47 riachos, & 34 lagos que nele desaguam, a maior parte desses lagos são de tal grandeza […]. Da parte de oeste, entram no mesmo rio as águas de 55 riachos & de 36 lagos semelhantes aos da outra parte". Já na parte gráfica do *Mapa*, na margem leste, são retratados apenas 13 desses afluentes, quatro deles vertendo suas águas de grandes lagos e, na margem oeste, 14, com quatro deles nascendo de dois grandes lagos. Desconsiderando o trecho entre o Beni e a confluência do Mamoré com o Guaporé, ou seja, apenas o Madeira propriamente dito, é o mesmo número de afluentes desenhados na *Planta do Grande Rio da Madeira,* desde o Jacaré, a ocidente, e o Guatô, a oriente. Apesar da informação textual de que "é esse rio da Madeira povoado de ilhas, & cachoeiras, dessas se lhe contam 36 & daquelas 89", pela estreiteza do desenho do leito, nenhuma ilha é ali representada, mas também não são indicadas as cachoeiras, o que poderia ser acrescentado facilmente, utilizando, por exemplo, traços ou números. Os rios Beni e o Mamoré, por sua vez, são bem detalhados até as suas nascentes, com a indicação de vários afluentes com seus nomes e a localização das principais missões espanholas do entorno do Mamoré. Esses foram os rios mais explorados pelas expedições de Félix de Lima e Leme do Prado e, então, de maior interesse das autoridades lusitanas devido às negociações de fronteiras em fins da década de 1740. A leste do Mamoré, entre os afluentes das Candeias e Saraê, há a indicação da "Minas do Mattogrossso", de onde partiram esses mesmos sertanejos. No alto Mamoré, surge a cidade se Santa Cruz [de La Sierra], que não foi visitada por nenhum deles. No baixo Madeira, junto à foz, surge o topônimo Abacaxis, missão que, junto com outra não nomeada, também aparece na *Planta do Grande Rio da Madeira*. O texto explicativo informa que "os Padres da Companhia de Jesus Briguezes têm nesse rio duas Missões, uma logo na boca dele com o nome de Abacaxis, & outra um dia de viagem à parte de Leste". As duas aparecem assinaladas e as informações sobre elas provêm dos contatos que os expedicionários tinham com os missionários.

Como dito, cópias desse *Mapa do Rio Madeira* e da *Planta do Grande Rio da Madeira* foram despachadas por Gonçalves da Fonseca e serviram de fonte, entre outros, para a produção de importantes mapas utilizados no contexto do Tratado de Madrid (1750), onde a cartografia se configurou como importante ferramenta de negociação para dar a ver o território negociado.[55] O

[54] Ferreira, 2009: 217-218; Ferreira, 2007: 63.
[55] Ferreira, 2007: 51-69; Furtado, 2012: 467-486; Furtado, 2013: 331-349.

primeiro que utiliza os dois mapas é o mapa intitulado *Descripção do continente da América Meridional que nos pertence com os rios, e montes, que os certanejos mais experimentados, dizem ter encontrado, cuja divisão se faz*, produzido, no Brasil, em 1746, por ordem de Gomes Freire de Andrade, então vice-rei do Brasil.[56] Depreende-se, então, que uma terceira cópia do mapa de Gonçalves da Fonseca e, talvez, do diário da expedição de Palheta seguiram para o Rio de Janeiro onde a *Descripção do continente da América Meridional* foi produzida consolidando todo o conhecimento cartográfico que os luso-brasileiros haviam reunido localmente sobre o Brasil e seu posicionamento em relação ao continente sul-americano. Como no mapa de Gonçalves da Fonseca, nesse mapa, o rio Madeira é representado de forma esquemática e mais cuidado foi dedicado aos rios Mamoré e Guaporé, que impactavam o desenho da linha de fronteira, consolidando as informações trazidas pelas derrotas de Palheta, Félix de Lima e Leme do Prado, apesar de algumas inconsistências como o fato de ter denominado o Guaporé de Mamoré, "que surgia como afluente direto do rio Amazonas".[57]

Outro que utilizou o *Mapa do Rio Madeira*, de Gonçalves da Fonseca, é o *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional*, confeccionado, em 1749, em Portugal, junto à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, sob os auspícios de Alexandre de Gusmão.[58] Essa carta geográfica foi apresentada pelos portugueses aos espanhóis, durante as negociações em Madrid, e se tornou a peça cartográfica chave para o estabelecimento dos limites no Tratado. Hoje é mais conhecido como o *Mapa das Cortes*, pois um exemplar foi integrado ao Tratado e assinado, no verso, pelos representantes das duas coroas.[59] Salvo algumas correções, caso do traçado e da denominação do Guaporé, esse mapa representa a hidrografia do Madeira de forma bastante sintética, sem detalhamento das cachoeiras e ilhas, mais próximo da representação do *Mapa do Rio Madeira*, de Gonçalves da Fonseca, cuidado que o autor da *Planta do Grande Rio da Madeira* não se furtou. A maior influência dos dois no *Mapa das Cortes* aparece no desenho das missões espanholas junto aos rios Mamoré-Guaporé e Beni. Era decorrência de que o *Mapa das Cortes* queria dar a ver que, ao contrário das demais, a nova missão de Santa Rosa havia sido ilegalmente instalada no lado oriental do rio Guaporé, que deveria servir de linha de fronteira, desde a sua confluência com o Mamoré até sua cabeceira na capitania do Mato Grosso (Figura 3).

Mas, de forma surpreendente, a maior influência da *Planta do Grande Rio da Madeira*, da viagem de Mello Palheta, aparece em outro mapa que, no contexto das negociações de Madrid, era preparado bem distante do Rio de Janeiro ou de Lisboa. Trata-se da *Carte de l'Amérique méridionale,* de Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, que foi desenhado em Paris sob a

[56] Ferreira, 2007: 63; trata-se de um mapa manuscrito que integrava a Biblioteca de Guita e José Mindlin; sobre ele ver Ferreira, Mário Clemente (2000). "Uma ideia de Brasil num mapa inédito de 1746". *Oceanos,* v. 43, págs. 184-195.
[57] Ferreira, 2007: 63.
[58] Foram realizadas cópias portuguesas e espanholas a partir do original português. Uma delas está em *FBN*, Cartografia. ARC.030,01,009. Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Medirional. No anno de 1749; Furtado, 2013: 360.
[59] Ferreira, 2001; Furtado, 2012: 511; Furtado, 2013: 364.

influência do embaixador português dom Luís da Cunha. O mapa foi impresso em Paris, em 1748, porém, a 18 de agosto de 1747, dom Luís enviou uma cópia manuscrita ao embaixador português, Tomas da Silva Teles, visconde de Vila Nova de Cerveira, que em Madrid cuidava das negociações com os espanhóis.[60] Estudos recentes exploraram o contexto e o processo de produção dessa carta, investigando as fontes portuguesas que o embaixador português disponibilizou ao geógrafo francês para que ele desenhasse esse mapa que "inventou o Brasil".[61] Um deles aventa o emprego do mapa da expedição de Palheta de 1722-1723 usado para a representação do Madeira.[62] Nesse caso, diferente dos anteriores, a *Planta do Grande Rio da Madeira* foi empregada para detalhar a representação do curso desse rio propriamente dito, como também do Mamoré. São 19 topônimos em comum no Madeira e 12, no Mamoré, totalizando 31 nomes em comum nos dois mapas, cujas representações geográficas são muito semelhantes (Figura 4).

Junto à foz do Madeira, d'Anville mesclou as informações do mapa de Palheta com as que lhe forneceu o padre Ignácio Reis, um mercedário "que viveu 12 anos nas margens do rio Amazonas". A partir das informações geográficas que esse religioso, a pedido de dom Luís da Cunha, forneceu a d'Anville, em Paris, esse geógrafo desenhou um mapa manuscrito, um esboço, intitulado *Confluent de l'Amazone, de l'Urubu et du Guatuma*,[63] com a conformação da foz dos rios Madeira, no Amazonas, e os afluentes que ali desaguavam, especialmente o Guatuma,[64] o Abacaxi e o Urubu. "No leito superior dos dois últimos, os mercedários haviam estabelecido suas missões, como as de São Pedro Nolasco e São Raimundo, onde ele missionara, realizando com frequência o percurso entre elas".[65] Nesse trecho inicial do rio, os três mapas –*Planta do Grande Rio da Madeira*, *Confluent de l'Amazone, de l'Urubu et du Guatuma,* e *Carte de l'Amérique méridionale*– representam, de forma muito próxima, sucedendo-se uns aos outros, a ilha dos Topinambaranas, os rios dos Magues, dos Andiras, Abacaxi, e Guatâ (no de Palheta) / Guataz (no de Ignacio Reis) / Guautaz (no de d'Anville). No caso do primeiro, enquanto o mapa feito a partir das informações do mercedário apresenta apenas um rio com essa denominação, no de Palheta, aparecem dois – um mirim e um vassu (corruptela de uaçu, grande em tupi) – e o mesmo ocorre no de d'Anville, que denomina um dos dois apenas de Mague e o outro de Magueguaai. No entorno, o mapa do mercedário indica apenas uma missão dos padres jesuítas, situada junto a uma lagoa do rio Tupinambaranas, já o de Palheta e o de d'Anville, ainda desenham outra localizada junto ao rio dos Abacaxis, e uma antiga (no mapa de d'Anville) ou destruída (no mapa de Palheta), junto à lagoa Cunumâ (no mapa de Palheta) / Canomâ (no mapa de d'Anville). Nesses dois casos,

[60] Coleção Furtado Lins, *Amérique méridionale*, J.B.B. d'Anville (Paris, Printed by Gravelott, 1779).
[61] Furtado, 2013; Furtado, 2012.
[62] Furtado (2024). *L'Amerique Meridionale*: *The map that shaped Brazil in the 18th Century.* Leiden/Boston: Brill, pág. 286.
[63] *Bibliothèque Nationale de France*, Département des Cartes et Plans, Collection d'Anville, DCP, GE DD–2987 (9555). Confluent de l'Amazone, de l'Urubu et du Guatuma, dressée chez Monsieur Couvay sur les deseins et instructions du R.PP. Ignacio dos Reys, J.B.B. d'Anville. (Paris, Manuscript, brown ink on paper, September 1729).
[64] Talvez o Uatumã.
[65] Furtado, 2013: 238; Furtado, 2024: 224-226; 286.

d'Anville deu preferência às informações recolhidas por Palheta do que a fornecida pelo religioso. Os símbolos empregados, no entanto, são distintos: no mapa de d'Anville as três são indicadas apenas por círculos, seguindo o estilo do autor, mais esquemático; no de Palheta, cada uma das duas primeiras é indicada por uma capela e a última por uma cruz. O lago Cunumâ também não aparece no mapa do missionário. Nessa parte do rio, é possível perceber que o mapa de d'Anville é mais próximo do de Palheta do que do de Ignacio Reis, apesar de que se pode perceber que outras fontes foram utilizadas.

Na margem esquerda do leito do Madeira (espaços não informados pelo mercedário), nos mapas de Palheta e de d'Anville, em comum se sucedem os tributários Capana, Mapia/Mapira, Moarani/Mamoriani, Apamas/Aponia, Jamari/Chamari, e a lagoa Canhaha/Cayaa – a primeira grafia é como aparece escrito no de Palheta e a segunda no de d'Anville. E, na margem direita, os rios Jacaré/Yacaré, Amicores/Amicuri, Maxi/Maoxis, Giparana/Guiparana ou rio Grande. No Mamoré, além do uso desse topônimo português, são coincidentes dos tributários Baires/Baûres, Aparê/Aperé, Macobi/Mocobi e Sarâ/Sara, além das missões espanholas de San Pedro, Trindade/Trinidad, Loreto, Conceição/Concepcion, além de San Borja, San Ignacio e San Pablo que, no mapa de Palheta aparecem no entorno do rio Beni. Não se estranhe essas diferenças de grafia e dos topônimos na carta de d'Anville visto que o geógrafo consultou outros mapas, inclusive espanhóis.

Mais instigante é que, já em território português, nas proximidades da linha de fronteira, d'Anville escreveu "que se contam, no mínimo, 21 grandes cachoeiras, quer dizer saltos ou rápidos, Madeira acima até as missões espanholas". O mesmo número informado pela *Planta do Grande Rio da Madeira* visto que as duas últimas cachoeiras representadas nesse mapa e descritas na *Narração* existiam, de fato, no leito do Mamoré, que se iniciava a partir da confluência do Madeira-Beni. A linha de limites traçada por d'Anville, conforme dom Luís da Cunha considerava ser a melhor para os interesses portugueses, nessa porção do território, corta o rio Madeira no sentido transversal exatamente num trecho onde não há nenhuma informação geográfica além da calha do rio. "Sem elementos geográficos seguros entre o Lago Xarais e o rio Amazonas (o curso do alto Purus, desconhecido, é insinuado apenas por um tracejado)", para contornar a falta de informações, ambos escolheram os elementos naturais do terreno como marco divisores. Do lado espanhol, mas relativamente distante da linha de limites, o primeiro marco geográfico conhecido seria a confluência entre o Madeira, o Mamoré e o rio denominado Itonamas, no qual desaguava o Baûres (Baires, para Palheta). Do lado português, o último, descendo o Madeira, era a "Oruiaya, cachoeira primeira" a obstar a navegação entre os domínios das duas Coroas.[66] Entre esses dois marcos geográficos ficavam as cerca de 21 cachoeiras referenciadas no texto posicionado nas proximidades. D'Anville não indica suas localizações, traçando apenas o leito do rio como uma linha contínua, a sugerir o desconhecido. A Oruiaya, de d'Anville, corresponde à Maguary do

[66] Furtado, 2013: 355.

mapa de Palheta. A identificação é possível não só porque d'Anville afirma ser a primeira do rio, mas pelo fato de estar localizada próxima ao rio Jamari, para Palheta, Chamari, para d'Anville. Ao contrário da expedição de Mello Palheta que reivindicara, junto aos espanhóis, o domínio português até a última cachoeira do Madeira-Mamoré, o mapa de d'Anville criou uma espécie de vazio cartográfico, que correspondia ao trecho praticamente intransitável coberto pelas perigosas corredeiras e que seria dividido entre as duas Coroas.

Uma última questão: como o francês teria tido acesso ao mapa e ao relato da expedição de Mello Palheta? Sabe-se que, à medida que d'Anville produzia seu mapa da América do Sul, a pedido de dom Luís da Cunha, esse embaixador disponibilizava-lhe as fontes portuguesas que vinha recolhendo ou por vias diplomáticas ou por suas redes privadas.[67] Sabe-se também, que a *Narração da viagem e descobrimento* e seu mapa anexo, a *Planta do Grande Rio da Madeira*, estão depositados no Fundo Manuscritos da Livraria, que integra o Arquivo da Torre do Tombo e que parte significativa dessa coleção abrange documentação recebida ou produzida por figuras importantes de Portugal, entre eles, Luís da Cunha, cujos papéis foram remetidos a Portugal depois de sua morte, em Paris. Não deixa de ser digno de atenção que o códice 1185, no qual o relato e o mapa da expedição de Palheta aparecem transcritos nos fólios 163-171, abrange outros papéis que continham informações que impactavam as fronteiras do Brasil, de interesse direto de dom Luís. Durante toda primeira a metade do século XVIII, a seguir à Guerra da Sucessão Espanhola, o embaixador se envolveu diplomaticamente nas negociações de fronteira do Brasil e reuniu um conjunto de papeis e mapas vários para subsidiar o desenho das fronteiras da forma que considerava ser a mais benéfica para os interesses portugueses. No códice, figuram documentos que versam sobre "Campanhas portuguesas na Guerra da Sucessão de Espanha e outra documentação sobre a mesma guerra"; "Notícias do Brasil"; "Viagens de exploração nesta colónia"; "Proposta […] sobre a conservação da colónia de Sacramento"; "Documentação sobre a Companhia do Comércio portuguesa" e a "Relação das Guerras feiras aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678". É a presença de documentos sobre temas históricos e geográficos da América portuguesa, que impactavam a linha de fronteira, que reforçam que o códice 1185 pode reunir parte dos papéis do embaixador disponibilizados a d'Anville para traçar seu mapa *Amérique meridional*. A *Narração da viagem e descobrimento* e seu mapa anexo, a *Planta do Grande Rio da Madeira* serviram, em Paris, para que o geógrafo pudesse ver à distância e desvendar a intrincada e perigosa geografia fluvial dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, permitindo-lhe que junto a dom Luís da Cunha propusesse uma nova linha de fronteira com a América espanhola.

[67] Furtado, 2012; Furtado, 2013; Furtado, 2024.

MAPAS

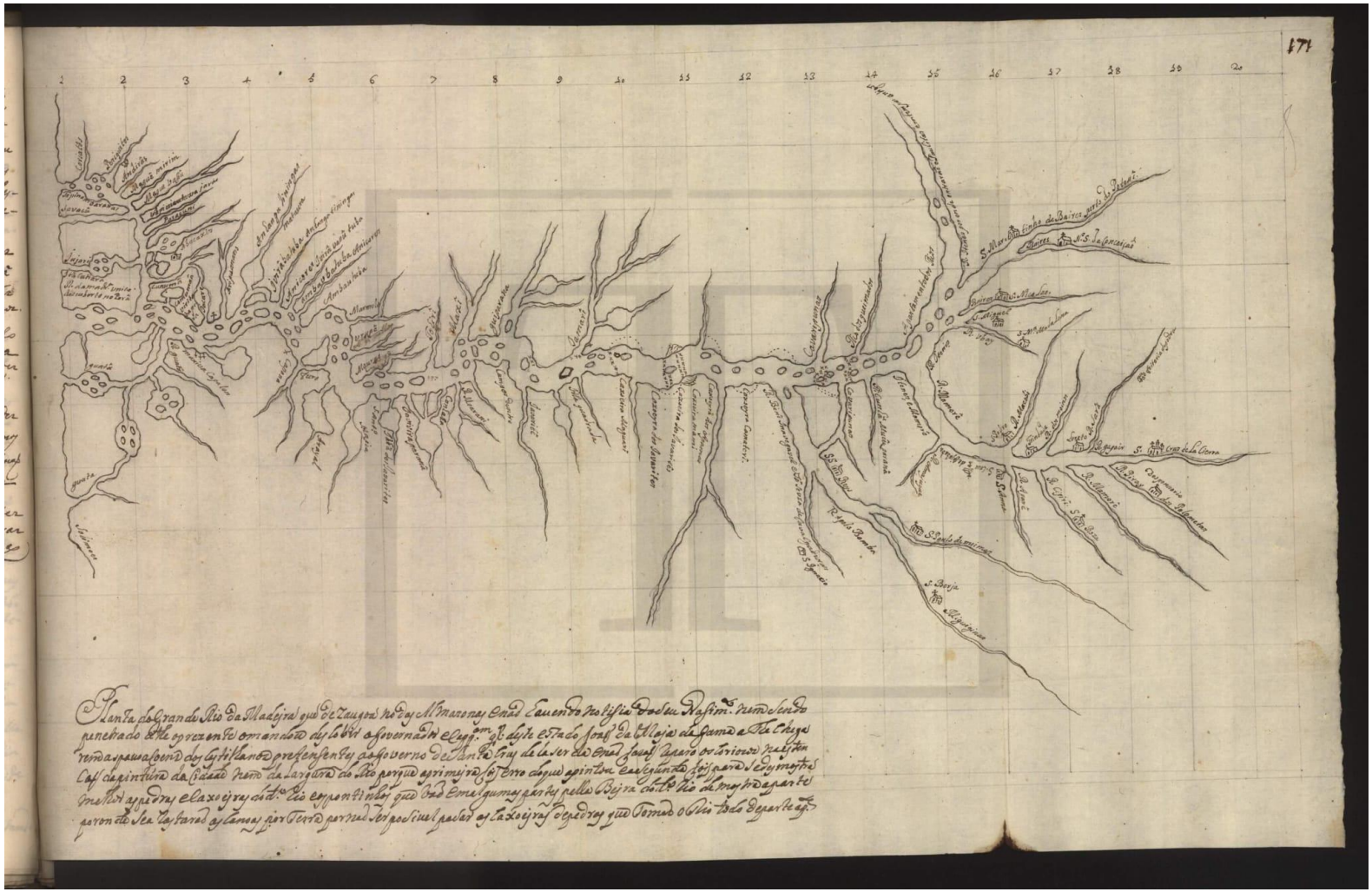


Figura 1. “Planta do Grande Rio da Madeira que desagua no das Amazonas…”. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Manuscritos da Livraria, n. 1185, fol. 171.

Documento cedido pelo ANTT.

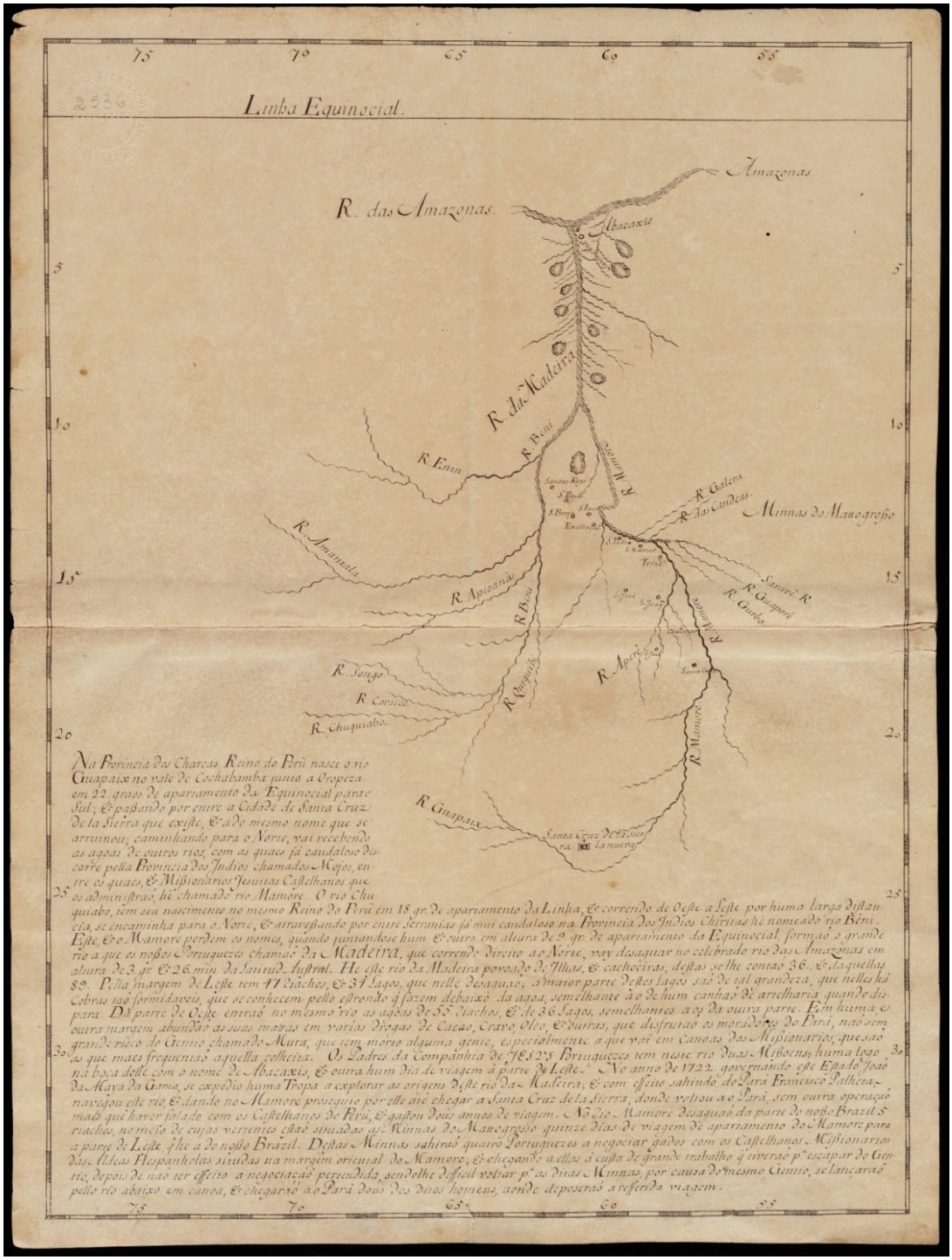


Figura 2. “Mapa do Rio Madeira desde as nascentes dos rios Beni e Mamoré até a foz no Rio Amazonas”. *Arquivo Histórico do Itamaraty*, Seção de Cartografia, Inventário 2536, M 19, G 02. Foto: Jaime Accioli. Cortesia do Arquivo Histórico do Itamaraty.



Figura 3. “Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional...” (Detalhe). 1749. *Fundação Biblioteca Nacional*, ARC.030,01,009 – Cartografia.
https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1385

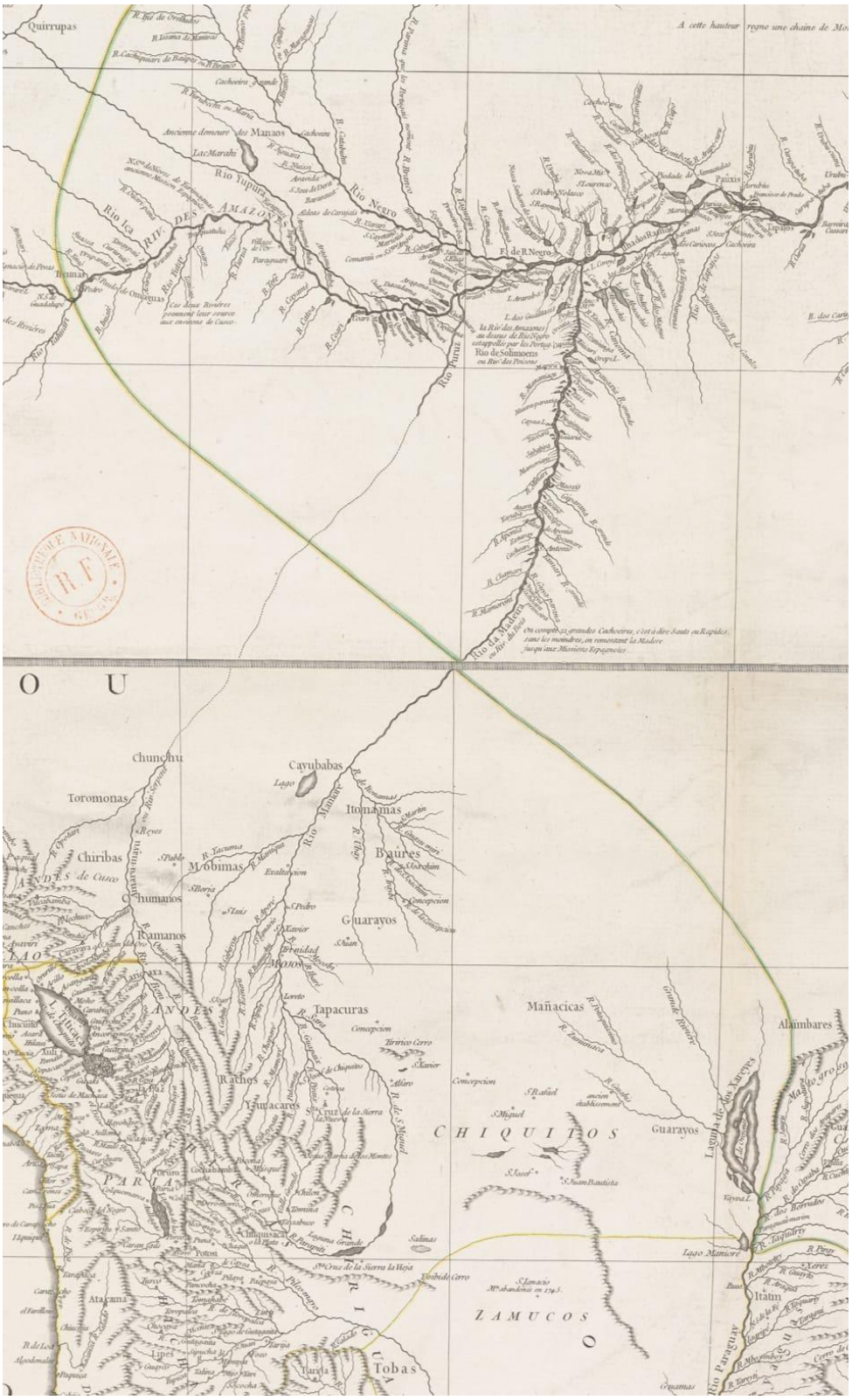


Figura 4. “Amérique méridionale” (Detalhe). J.B.B. d’Anville (Paris: Gravelott, 1779). Coleção particular da autora.

Referências

Abreu, João Capistrano de (1930). *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguiet.

Adonias, Isa (1993). *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht.

Almeida, André Ferrand de (2001). *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Almeida, André Ferrand de (2009), "A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)", *Anais do Museu Paulista*, v. 17, nº 2, págs. 215-235.

Carvalho, Francismar Lopes de (2014). *Lealdades negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda.

Certeau, Michel (1990). *A invenção do cotidiano*, Petrópolis: Vozes.

Chambouleyron, Rafael (2013). "A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)". *Outros Tempos*, vol. 10, núm. 15, págs. 79-99.

Ferreira, Mário Clemente (2000). "Uma ideia de Brasil num mapa inédito de 1746". *Oceanos,* v. 43, págs. 184-195.

Ferreira, Mario Clemente (2007). "O *Mapa das Cortes* e o Tratado de Madrid", *Varia Historia*, v. 23, nº. 37, págs. 6-64.

Fonseca, Marcela Gomes (2022). "Monções no rio Madeira: as expedições de Francisco de Melo Palheta (1722) e Manuel Félix de Lima (1742)". *Revista Galo*, n. 5, pág. 75-88.

Furtado, Junia F. (2012). *Oráculos da Geografia iluminista*: *Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Ed.UFMG.

Furtado, Junia F. (2013). *O mapa que inventou o Brasil.* São Paulo/Rio de Janeiro: Odebrecht / Versal.

Furtado, Junia F. (2021). *Quebra-cabeça africano: como um embaixador português, um geógrafo francês, um escritor inglês e um pirata imaginário transformaram a cartografia da África e abriram as portas para o Imperialismo*. Belo Horizonte: Miguilim / Odisseia.

Furtado, Junia F. (2024). *L'Amerique Meridionale: The map that shaped Brazil in the 18th Century*. Leiden/Boston: Brill.

Magalhães, Basílio de. *O café. Na história, no folclore e nas belas artes*. 2ª edição (aumentada e melhorada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

Melo, Vanice Siqueira de (2022). *Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)*. Belém: Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará.

Papavero, Nelson et al. (2001). "Notas sobre a história da zoologia no Brasil. 2. As viagens de Francisco de Melo Palheta, o introdutor do cafeeiro no Brasil". *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Série Zoologia*, vol. 17. n. 2, págs. 181-207.

Porro, Antonio (2007). *Dicionário Etno-Histórico da Amazônia colonial*. São Paulo: USP/IEB.

Pinto, Emanuel Pontes (2012). "Viagem de descobrimento ao rio Madeira e suas vertentes por Francisco de Melo Palheta", *Revista Veredas Amazônicas*, v. 2, n.2, págs. 69-86.

Pompeu, André José Santos; Viana, Wania Alexandrino (2020). "Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)". *História e Cultura*, vol. 9, núm. 1, págs. 258-275.

Taunay, Afonso d'Escragnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, vol. 1.